

O Currículo Escolar (des)velado no campo da Educação Especial: reflexões para o ensino em turmas comuns

The school curriculum (un)veiled in the field of special education: reflections for teaching in common classes

El currículo escolar (des)velado en el ámbito de la educación especial: reflexiones para la enseñanza en clases comunes

Recebido: 18/03/2021 | Revisado: 26/03/2021 | Aceito: 14/04/2021 | Publicado: 26/04/2021

Eva Cristina do Carmo Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3730-6532>

Universidade do Estado da Bahia – Brasil

E-mail: evacristina2110@gmail.com

Marcia Torres Neri Soares

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5453-7872>

Universidade do Estado da Bahia - Brasil

E-mail: profa.marciatorres@gmail.com

Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar resultado de estudo vinculado ao Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (Uneb), realizado nos anos de 2019 e 2020. Com centralidade nas concepções de currículo e Educação Especial presentes nas publicações da Revista Currículo sem Fronteiras, nos últimos cinco anos, atém-se a compartilhar resultados relacionados às propostas de ensino para turmas comuns das escolas regulares no âmbito das pesquisas identificadas, bem como possibilidades de sua aplicabilidade em outros contextos educacionais. Com base metodológica em um Estado da Arte, o estudo revelou como a discussão curricular atrelada ao desafio da inclusão de estudantes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e altas habilidades/superdotação, estudantes público alvo da Educação Especial, necessita ser ampliada, haja vista sua problematização cooperar para a visibilidade de identidades antes obliteradas e infinitas oportunidades de participação no currículo escolar. Outrossim, a concepção de deficiência, à luz dos constructos teóricos, apresentou-se como central para o entendimento acerca de propostas de ensino sob a vertente inclusiva. A análise

possibilitou concluir sobre a imprescindibilidade das escolas oferecerem um currículo comum a todos os estudantes, com atenção às especificidades de cada um, dando condições de aprendizagem igualitária e democrática. Ademais, as possibilidades de ampliação da discussão, não apenas em periódicos restritos ao campo do conhecimento da Educação Especial, assinalam a atualidade da temática e continuidade de estudos na área.

Palavras-chave: Currículo Escolar; Educação Especial; Ensino; Deficiência; Inclusão.

Abstract

This text aims to present the results of a study linked to the Scientific Initiation Program of the State University of Bahia (Uneb), carried out in the years 2019 and 2020. With a focus on curriculum concepts present in the publications of the Currículo and Special Education sem Fronteiras magazine, over the past five years, it sticks to share results related to the teaching proposals for common classes in regular schools within the scope of the identified research, as well as possibilities for their applicability in other educational contexts. Based on a methodological basis in a State of the Art, the study revealed how the curricular discussion linked to the challenge of including students with disabilities, Autism Spectrum Disorder, and high skills/giftedness, students target audience of Special Education, needs to be expanded, given its problematization, cooperate for the visibility of identities previously obliterated and infinite opportunities for participation in the school curriculum. Furthermore, the concept of disability, in the light of the theoretical constructs, presented itself as central to the understanding of teaching proposals from an inclusive perspective. The analysis made it possible to conclude about the impressibility for schools to offer a common curriculum to all students, with attention to the specifics of each one, providing conditions for equal and democratic learning. In addition, the possibilities for expanding the discussion, not only in journals restricted to the field of Special Education knowledge, sign the topicality of the theme and continuity of studies in the area.

Keywords: School Curriculum; Special Education; Teaching. Disability; Inclusion.

Resumen

Este texto tiene como objetivo presentar los resultados de un estudio vinculado al Programa de Iniciación Científica de la Universidad del Estado de Bahía (Uneb), realizado en los años 2019 y 2020. Centrado en las concepciones de currículo y Educación Especial presentes en las publicaciones de la Revista Currículo sem Fronteiras, en los últimos cinco años, se decide

compartir resultados relacionados con las propuestas didácticas para clases comunes de escuelas regulares en el ámbito de las investigaciones identificadas, así como las posibilidades de su aplicabilidad en otros contextos educativos. Con base metodológica en un estado del arte, el estudio reveló cómo la discusión curricular vinculada al reto de la inclusión estudiantes con discapacidad, trastorno del espectro autista y altas habilidades/superdotación, estudiantes dirigidos a la educación especial, debe ampliarse, dada su problematización así como cooperar para la visibilidad de identidades previamente borradas y un sinfín de oportunidades de participación en el currículo escolar. Además, el concepto de discapacidad, a la luz de los constructos teóricos, se presentó como central para la comprensión de las propuestas docentes desde una perspectiva inclusiva. El análisis permitió concluir que es fundamental que las escuelas ofrezcan un currículo común a todos los estudiantes, con atención a las particularidades de cada uno, brindando las condiciones para un aprendizaje igualitario y democrático. Además, las posibilidades de ampliar la discusión, no solo en revistas restringidas al campo del conocimiento de Educación Especial, señalan la actualidad del tema y la continuidad de los estudios en el área.

Palabras clave: Currículo Escolar; Educación Especial; Enseñanza; Discapacidad; Inclusión.

Introdução

A educação especial é uma modalidade de ensino organizada para atender às necessidades específicas de pessoas com algum tipo de deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação (BRASIL, 1996; 2008). Historicamente, essas pessoas têm sofrido algum tipo de discriminação, desrespeito, resultando em perversos processos de exclusão social (FIGUEIRA, 2008; JANNUZI, 2006; FERREIRA; GUIMARÃES, 2003). Isso significa ser um tema recorrente a ser enfrentado, cotidianamente, em nossas propostas educacionais atuais, por depreender as dificuldades oriundas de práticas cuja gênese tem a marca das incapacidades dessas pessoas, conforme modos humanos de explicar a natureza em diferentes contextos históricos.

Esse cenário começou a se modificar a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) com ênfase ao papel das escolas regulares como meios para o combate de discriminações contra esses estudantes. A partir deste importante marco, mediante as políticas públicas da educação, tentou-se promover uma vida humanizada e igualitária para todos os indivíduos,

todavia, nota-se um hiato entre as políticas e práticas inclusivas (FERREIRA; FERREIRA, 2004).

Desse modo, a discussão deste tema nos dias atuais permanece como relevante, haja vista, embora existir amplo acervo legal para o respaldo dos direitos educacionais das pessoas com algum tipo de deficiência¹ tais como: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (BRASIL, 2015), ainda permanecerem dificuldades na operacionalização da proposta. A matrícula ou as condições de acesso às escolas regulares não são suficientes para inclusão² dos estudantes nos processos educativos, tampouco para garantia de um currículo apropriado em atenção às suas necessidades.

Acresça-se ao cenário de disputas no campo da legitimação dos direitos das pessoas com deficiência, o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 da Política Nacional de Educação Especial Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida (BRASIL, 2020) e o retorno das classes especializadas. Com ampla mobilização de estudiosos e interessados no campo da Educação Especial, permanece a luta pela revogação do decreto, tendo em vista o retrocesso no campo da inclusão escolar, resultado de grande esforço de diferentes segmentos sociais.

Ao reconhecer a relevância do tema, tivemos a oportunidade de participar da pesquisa “Concepções de educação especial e currículo escolar: um estudo sobre a produção acadêmica educacional brasileira” por meio do Programa de Iniciação Científica da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (Fapesb). Desse modo, com base no Estado da Arte realizado, objetivamos analisar as concepções de currículo presentes nas publicações da Revista Currículo sem Fronteiras sob a perspectiva de um currículo comum a todos, no período de 2015 a 2019.

Para efeito de organização, além desta escrita introdutória, o artigo encontra-se disposto em duas seções *As dificuldades históricas na compreensão da deficiência: uma abordagem curricular à luz das contribuições teóricas*, na qual principiamos a discussão teórica de como a sociedade compreende a deficiência e seus reflexos no currículo escolar e nas propostas de ensino, e *O currículo escolar na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência: uma*

¹ Doravante utilizaremos o termo para nos referir aos estudantes público alvo da educação especial.

² Embora a inclusão escolar seja tema amplo e de interesse sobre condições de participação de outros grupos em situação de vulnerabilidade escolar, conforme objetivos explicitados neste texto, nosso recorte é delimitado no campo da inclusão de estudantes com deficiência.

incursão sobre a Revista Currículo sem Fronteiras, seção relativa ao percurso metodológico e base de dados na qual foi feita a análise da pesquisa, subdividida em dois tópicos - *Da Metodologia e Dos Resultados e Análise*. Finalmente, em nossas *Considerações Finais* tecemos um breve retorno ao objetivo inicial do texto e explicitamos as possibilidades de ampliação do estudo realizado.

Dificuldades históricas na compreensão da deficiência: uma abordagem curricular à luz das contribuições teóricas

As pessoas com deficiência sempre estiveram na sociedade, mas nem sempre foram percebidas como parte dela, afinal, desde o princípio esta condição foi encarada negativamente pelo coletivo, isso porque “O corpo marcado pela deficiência, por ser disforme ou fora dos padrões, lembra a imperfeição humana.” (SILVA, 2006, p. 427) e influencia nossas expectativas e formas de relacionamento com tais pessoas.

A idealização criada e perpetuada até hoje de um corpo perfeito, acabou gerando, de algum modo, depreciação quando nos deparamos com o incomum, o corpo deficiente (AMARAL, 1995; 1998). Esses estranhamentos foram culturalmente construídos e acabaram causando discriminação e opressão, especialmente porque a deficiência ficou muito tempo restrita aos saberes médicos como reabilitação, fortalecendo a ideia de inadequação para a sociedade.

Quando falamos em deficiência precisamos entender seu conceito, haja vista não podermos considerar apenas a lesão no indivíduo como pressupõe o modelo médico. Cabe enfatizar os aspectos sociais, pois como define Diniz (2007, p.9) a “Deficiência é um conceito complexo que reconhece o corpo com lesão, mas que também denuncia a estrutura social que oprime a pessoa deficiente”. Para a autora a deficiência é entendida como uma produção social, pois para além dos fatores médicos ou patológicos, é construída constantemente pela falta de acessibilidade e oportunidades.

Nessa direção, Diniz, Barbosa e Santos (2009, p. 70) afirmam:

Com o modelo social, a deficiência passou a ser compreendida como uma experiência de desigualdade compartilhada por pessoas com diferentes tipos de impedimentos: não são cegos, surdos ou lesados medulares em suas particularidades corporais, mas pessoas com impedimentos, discriminadas e oprimidas pela cultura da normalidade. Assim como há uma diversidade de contornos para os corpos, há uma multiplicidade de formas de habitar um corpo com impedimentos.

O lastro teórico do estudo realizado converge ao entendimento da deficiência como resultante da sociedade e não de uma dificuldade da pessoa em si. É a sociedade quem estabelece uma sobrecarga de incapacidades aos indivíduos com deficiência, por diversas vezes desconstruindo possibilidades e impondo limites para seu desenvolvimento pessoal e social.

Algumas discussões eventuais do cotidiano escolar a respeito do tema, nem sempre vinculam a deficiência à produção social. Muitas vezes prevalece a perspectiva clínica de compartimentalização do saber e de especializações do campo de estudo, acarretando um saber muito especializado a respeito de como ensinar aos estudantes com deficiência, distanciando-se das bases pedagógicas comuns aos demais estudantes da turma e, comumente, reiterando as justificativas sobre impossibilidades de inclusão escolar (SOARES, 2020).

Conforme compreendemos, há um perigo na categorização de pessoas com deficiência. O olhar específico e estigmatizante a essa condição, recai em atitudes de privação ou insucesso, quando o problema pode estar no corpo social. Para Maciel (2000), a falta de conhecimento sobre as deficiências acarreta a percepção da deficiência como um problema ou uma doença crônica, e a consequente desvalorização de suas capacidades.

Dessa forma, Magalhães (2002, p. 21) advoga sobre “O status social de deficiência (fazer) recair sobre o indivíduo um olhar pejorativo que enfatiza suas dificuldades em detrimento de suas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem”. Ou seja, o fato da pessoa ter uma deficiência contribui para sua caracterização na maioria das vezes como quem não pode se desenvolver ou aprender algo, principalmente quando nos referimos à escola e seus processos pedagógicos.

Essa caracterização se reflete diretamente nas práticas educativas, afinal, são tecidas direta ou indiretamente sob nossos olhares e concepções. Desse modo, a concepção da deficiência é primordial na/para consecução das propostas de ensino, pois “concepções pautadas em estereótipos, preconceitos tendem a enfatizar as dificuldades da pessoa com deficiência relegando a segundo plano suas potencialidades e podem ser fatores impeditivos.” (MAGALHÃES, 2002, p. 25)

Sendo assim, para o estabelecimento de uma boa aprendizagem é necessário olhar as potencialidades das pessoas com deficiência, e não suas dificuldades como limitadoras de seu desenvolvimento. Reiteradamente, é preciso refletir sobre as concepções, crenças e diferenças a respeito da deficiência para não segregar e dificultar o acesso dessas pessoas em todos os ambientes. Quando nos referimos a acesso, falamos de inclusão, condições, metodologias,

qualidade, atividades e sobretudo da construção de um currículo acessível a todos. Segundo Soares (2015, p. 215), a compreensão da deficiência,

pressupõe o entendimento de que todos possuímos características, particularidades e que, na condução de nossa aprendizagem, é importante garantir os caminhos de acesso ao conhecimento escolar. À margem de nossas práticas, estudantes para os quais não conseguimos proporcionar condições de acesso ao currículo escolar não podem ser penalizados, seja com a desvalorização/negação de sua aprendizagem, ou com a justificação sobrenatural para que possam desfrutar desse currículo.

Desse modo, a condição de deficiência, ou mesmo quaisquer características humanas não podem impedir ou servir de prerrogativa para a não aprendizagem. É preciso desfocar o olhar do déficit ou a imputada condição de não aprendizagem, para enxergar todo e qualquer estudante como sujeito de possibilidades, como capaz de aprender. Essa compreensão alarga nosso olhar para o (re)pensar das condições de inclusão não apenas para estudantes com deficiência, pois

O currículo discutido na/para inclusão de estudantes com deficiência é o currículo a ser assegurado a todos os estudantes, afinal, ampliar as condições de aprendizagem por meio de estratégias reconhecedoras das especificidades de estudantes com deficiência possibilita à escola oportunizar outras formas de acesso escolar nem sempre tão presentes em nossos planejamentos e/ou propostas para organização do trabalho pedagógico. (SOARES, 2015, p.128-129).

Ou seja, um currículo a contemplar estudantes com e sem deficiência será um rico artefato no auxílio a docentes e discentes ao experimentarem outros recursos pedagógicos, apostando em uma aprendizagem contextualizada.

A discussão curricular, tal como apresentada nesta seção, permite desvelar de fato subjetividades da proposta inclusiva, “discutir aspectos concernentes à educação de pessoas com deficiência talvez seja uma oportunidade de a educação ‘tocar o dedo na ferida’ de temas ainda não resolvidos no debate amplo de escolarização de diferentes pessoas” (SOARES, 2015, p. 100).

Um olhar atento sobre a temática, fez-nos olhar para um periódico brasileiro de grande relevância para/na discussão curricular e suas lentes de aumento sobre o assunto. No seguimento apresentamos nossos diálogos com o movimento metodológico e seus principais resultados.

Currículo Escolar na perspectiva da inclusão de pessoas com deficiência: uma incursão sobre a Revista Currículo sem Fronteiras

O levantamento de dados da pesquisa qualificada como Estado da Arte (FERREIRA, 2002) foi realizado exclusivamente em meio eletrônico (*internet*) no site da Revista Currículo sem Fronteiras³ uma importante base de dados, especialmente por não ser uma área de publicação específica acerca do Currículo Escolar e Educação Especial, mas cujo foco discute uma educação crítica e emancipatória.

Metodologia

Reconhecendo as críticas quanto ao desenvolvimento metodológico na/para construção do Estado da Arte, a exemplo da análise circunscrita aos Resumos de Teses e Dissertações e dos contra argumentos possíveis a essa mesma crítica (FERREIRA, 2002), este viés possibilita a investigação sobre um levantamento importante acerca “[...] de dedicar cada vez mais atenção a um número considerável de pesquisas realizadas de difícil acesso, de dar conta de determinado saber que se avoluma cada vez mais rapidamente e de divulgá-lo para a sociedade.” (FERREIRA, 2002, p. 259). Como dantes mencionado, o *corpus* pretendido na pesquisa compartilhada foi composto das publicações dos últimos cinco anos advindas da Revista Currículo sem Fronteiras.

O objetivo principal do projeto foi promover a consubstanciação de um estado da arte sobre a produção acadêmica no campo do currículo e da Educação Especial no cenário educacional brasileiro, aspecto a concorrer com a identificação das concepções e a subsequente análise no contexto da inclusão escolar.

Para uma análise criteriosa dos dados, definimos as seguintes questões de pesquisa: Quais concepções de Educação Especial e Currículo Escolar subjazem as investigações acadêmicas desenvolvidas, no meio de divulgação educacional escolhido, entre os anos de 2015 a 2019? Quais demarcações teóricas apresentadas sobre a ideia de um currículo único ou adaptado/flexibilizado para estudantes público alvo da Educação Especial? e Quais as principais contribuições identificadas e como estas podem alicerçar a construção de um *corpus* de pesquisa para ampla divulgação junto a futuros professores, professores pesquisadores e demais interessados na área?

³ Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/artigos.htm>

Para responder ao problema, definimos as etapas da investigação. Inicialmente procedemos ao levantamento das pesquisas realizadas. Nesta primeira etapa foram localizados os textos *on-line* referentes ao objeto de estudo “Educação Especial e Currículo Escolar”. Dada sua abrangência, os descritores utilizados foram: Educação Especial e Currículo Escolar; Flexibilização curricular; Adaptação curricular; Inclusão escolar e Currículo escolar. Com tais descritores, acreditamos garantir uma pesquisa avançada fidedigna ao nosso objeto. Foram selecionados, nesta fase, todos os estudos localizados, inclusive aqueles sem a Educação Especial e o Currículo Escolar por objeto explícito nos títulos e resumos, mas com conteúdo dedicado a investigar o mesmo escopo teórico pretendido.

A segunda etapa da pesquisa consistiu na pré-análise dos dados. Estes foram compilados e organizados pelas pesquisadoras com uma descrição sumária sobre os aspectos relacionados à: área/temática investigada, nível de ensino e etapa da educação básica, ano de publicação, objetivos, metodologia adotada e principais resultados. Feita esta classificação, na terceira etapa foi realizada uma análise de conteúdo (BARDIN, 2009), com vistas a desenvolver um estudo mais contundente sobre as concepções subjacentes aos trabalhos identificados. Especialmente por investigarmos concepções curriculares, foi necessário abstrair os sentidos, as intencionalidades e as lutas de poder implícitas às adoções teóricas elucidadas.

A Revista Currículo sem Fronteiras permite uma pesquisa diversificada, dada a amplitude de temas relacionados ao currículo. Em princípio esse levantamento foi feito pelos títulos, tal análise possibilitou a constatação de poucos trabalhos relacionados aos temas Currículo e Educação Especial. A escassez impulsionou a abertura e análise dos arquivos para identificar se além do tema central, expresso no título, escapavam dentro dos resumos e no corpo do texto vestígios ou informações relativas ao estudo de pessoas com deficiência, aspecto a favorecer um levantamento mais cuidadoso.

Ao todo foram analisados 231 artigos, após a pré-análise, foi possível notar que nem todos discutiam realmente o assunto em relevo, embora o tema apresentasse aspectos semelhantes a nossa investigação, estes, não discutiam de fato o objeto pesquisado, reduzindo assim, a quantidade de trabalhos. Deste levantamento, a análise foi realizada com base em apenas dois artigos relacionados à nossa investigação. Embora expresso sob uma quantidade muito pequena, consideramos a profundidade dos trabalhos localizados e sua relevância para a pesquisa realizada.

Resultados e análise

No ano de 2015 foram analisados 51 trabalhos. Destes, dois foram encontrados, um trabalho com abordagem sobre nossa investigação, e outro considerado próximo a temática, mas não correspondente ao objeto de estudo. Com ênfase no descritor currículo, foi localizado o trabalho de Sampaio e Leite (2015) sobre “A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular”, conquanto o trabalho das autoras versa sobre propostas escolares na procura de uma melhoria educacional fundada na justiça curricular e social. Desse modo, embora verse sobre currículo, não há um recorte entre este e a Educação Especial, tal como nos dedicamos a investigar neste estudo.

O trabalho de Kipper; Oliveira; Thoma (2015) fala sobre as “Práticas visuais nas aulas de matemática com alunos surdos: implicações curriculares”. Este trabalho adentra em nossa investigação, tendo como seu principal objetivo analisar práticas matemáticas visuais produzidas por um grupo de alunos surdos, em uma escola estadual da região do Vale do Rio Pardo/RS. A pesquisa foi realizada em uma escola referência no atendimento de alunos surdos e teve como sujeitos seis alunos surdos de uma turma do 6º ano. A produção de dados se deu a partir de uma oficina de frações realizada com os alunos surdos e excertos do diário de campo. Neste trabalho Kipper; Oliveira; Thoma, (2015, p. 842) constataram que, “o currículo escolar ainda está voltado para o modelo ouvinte ‘normal’”, ou seja, para os sujeitos desejados/esperados. Ainda conforme os autores,

Estender esse currículo para a educação de surdos, apresenta-se como um desafio para a escola, pois implica em repensar o currículo numa perspectiva visual. E esse desafio não se dá apenas no contexto da educação de surdos, mas também em outros. E cabe à escola encontrar e criar estratégias para atender todas as demandas, ou seja, todos esses sujeitos que escapam da norma preestabelecida. (KIPPER; OLIVEIRA; THOMA, 2015, p. 842).

Bem visível nas vozes dos autores está a defesa de repensar o currículo não apenas para os estudantes surdos, mas (re)visitá-lo com toda a escola e seus estudantes com e sem deficiência. A superação de uma visão ensimesmada sobre flexibilizações específicas face à condição de deficiência e alargamento dessas flexibilizações aos demais estudantes, é uma discussão cara ao campo da educação especial, mote de nossas atenções e aspirações.

Neste mesmo estudo os/as autores (as) perceberam a necessidade de uma atenção mais cuidadosa ao currículo e as atividades propostas no ensino de estudantes surdos, segundo relataram “os alunos realizavam as atividades orientadas, entretanto muitas vezes não sabiam o que estavam fazendo, pois faziam isso de forma mecânica. Sempre esperavam o comando e a

confirmação, ou seja, queriam saber se estava certo ou errado” (KIPPER; OLIVEIRA; THOMA, 2015, p. 835).

Os resultados da investigação alinharam na idealização de um currículo não reduzido a tradução de conteúdos da Língua Portuguesa para a Língua de Brasileira de Sinais, mas atento às práticas visuais produzidas por surdos e para a convenção/criação de sinais na disciplina de Matemática. Desse modo, a concepção defendida tem afluência com nosso estudo e, em especial, com a defesa de propostas curriculares acessíveis a todos estudantes.

Em 2016 foram analisados 36 trabalhos, dos quais o trabalho de Mura e Zurro (2016) correspondeu a busca dos descritores, porém notou-se não tratar da temática, pois versava sobre os perfis educacionais e as competências de professores em formação e suas percepções relativas à inclusão escolar, mas sem discorrer propriamente sobre o currículo escolar.

No ano de 2017 analisamos 47 trabalhos, destes, 2 trabalhos foram encontrados, num levantamento preliminar. Muito embora o trabalho de Ullrich e Vasques (2017), cujo tema “O outro na educação especial: uma abordagem pela lente do reconhecimento”, apresentasse uma abordagem teórica no campo epistemológico acerca da compreensão do outro no espaço escolar, suas contribuições desvelaram-se inspiradoras para nossa investigação. Baseados no estudo realizado, os autores provocaram discussões relacionadas ao como concepções enraizadas podem corresponder ao manejo da prática educativa, “assim, pensar sobre as perspectivas que forjam a educação especial é pensar também sob quais interesses ela se desenvolve. Se esses interesses são os mesmos que sustentam a educação ordinária, comum ou normal, para os sujeitos assim nomeados, ou não.” (ULLRICH; VASQUES, 2017, p. 301). O estudo, portanto, transversaliza nossa pesquisa, afinal acirrar o debate sobre intencionalidades no cerne de propostas educativas direcionadas a diferentes estudantes é, indubitavelmente, parte importante à construção de um currículo comum a todos.

No mesmo ano, o trabalho de Silva (2017) diretamente ligado ao nosso estudo, apresentou abordagem no tema “Currículo e deficiência intelectual: produções discursivas no contexto escolar”. Esta pesquisa teve como objeto de estudo o currículo e a inclusão de pessoas com deficiência intelectual em uma escola municipal de Várzea Grande-MT, no qual “problematiza a política de currículo e a inclusão de pessoas com deficiência intelectual na escola a partir das narrativas de professores” (SILVA, 2017, p. 815). A opção pela base metodológica foi de cunho qualitativo. O *locus* de sua pesquisa foi em uma escola pertencente à rede municipal de Várzea Grande, município localizado no Estado de Mato Grosso. Para a coleta de dados empíricos, optou-se por uma escola de anos iniciais. A pesquisa contou com a contribuição de 19 professores.

A pesquisa de Silva (2017, p. 826) trouxe como dado principal o currículo “pautado em uma nova racionalidade que tem por base as capacidades totalizantes do ser humano como sujeito social”, bem como a emblemática constatação sobre as participações de diferentes sujeitos em sua construção, pois segundo sua ótica “O currículo que queremos não preconiza o regular, o já existente, o normalizante mas aceita a contribuição que cada sujeito tem a oferecer” (SILVA, 2017, p. 826). Nessa vertente na acepção do termo currículo, a pesquisa indica a proeminência da inclusão como fortalecedora da discussão curricular:

O currículo, em uma perspectiva inclusiva, possibilita um espaço de alteridade e democracia. Esse espaço de múltiplos saberes não sugere adaptações curriculares, pois o currículo que estabelece adaptações para que a pessoa com deficiência intelectual alcance padrões universais desconsidera os valores particulares desses sujeitos, portanto há apenas coexistência dos diferentes grupos no mesmo espaço. Adaptar é adequar-se a algo existente, quando a pessoa com deficiência intelectual é adaptada a um currículo, nega-se sua identidade, pois o currículo já está construído em torno de uma identidade e as demais não têm com que contribuir. (SILVA, 2017, p. 822).

A construção de currículos para diferentes sujeitos destoa da proposta defendida, ou seja, pensar em um currículo para o estudante com deficiência e um outro para os demais sujeitos é eliminar as possibilidades oportunizadas pelo currículo. De igual modo,

{..}adaptar o currículo pensado a partir de um determinado grupo para outro é mutilar as particularidades de tais sujeitos, obrigando-os a aceitar universalismos que não os constituem e não foram negociados. Dessa forma, nem o sujeito que teve sua particularidade dilacerada, nem aquele que teve sua universalidade imposta são capazes de se relacionar nos processos identificatórios. SILVA, 2017, p. 824)

O trabalho refletiu a defesa da inclusão de estudantes com deficiência nas vivências do currículo, para superação de desafios e a trilha de um longo percurso, para o qual, não existem mapas. Com isso, “as práticas curriculares de inclusão voltadas para as pessoas com deficiência necessitam enfrentar a obliteração da diferença e reconhecer a pluralidade de identidades existentes nos contextos escolares” (SILVA, 2017, p 830). Novamente, a ideia de um currículo comum a todos os estudantes, permeou a concepção de currículo decorrente da pesquisa realizada.

Já, em 2018 foram analisados 56 trabalhos, dentre estes, foi encontrado o trabalho de Brito (2018) intitulado de “O currículo do ensino médio baiano: entre a formação integral e a valorização das diferenças”, embora o título apresentasse o descritor currículo, este também

não se relaciona com nossa investigação. E por fim, no ano de 2019 foram analisados 41 trabalhos, conquanto, não foi possível encontrar nenhum relacionado a pesquisa.

Com evidência, os trabalhos identificados oferecem um lastro teórico importante à pesquisa realizada. Suas contribuições definem-se tanto pelo reconhecimento ao destaque do periódico base de suas publicações, quanto do rigor e coerência teórica e metodológica dos estudos apresentados.

Este estudo, se difere por fazer uma análise em trabalhos não reduzidos a discussão relacionada ao currículo escolar e deficiência, mas atentos a ideia de um currículo não adaptado e com perspectiva comum a todos, bem como, uma investigação em uma base de dados importante junto a outras discussões no contexto da educação em geral.

Considerações Finais

Com base nos aspectos analisados neste trabalho, identifica-se o alcance do objetivo de apresentar resultado de pesquisa de Iniciação Científica, bem como a constatação sobre os estudos examinados convergirem para a ideia de um currículo comum e a visibilidade das especificidades e particularidades de cada indivíduo.

A partir da análise realizada, depreende-se que o ensino em turmas comuns deve partir da heterogeneidade como princípio enriquecedor para a aproximação e não distanciamento entre os estudantes. Isso concorre a ideia de um mesmo currículo acessível a todos os estudantes (VIEIRA, 2012; SOARES, 2020).

Com base metodológica alicerçada em um Estado da Arte (FERREIRA, 2002), o estudo revelou como a discussão curricular atrelada ao desafio da inclusão de estudantes com deficiência, necessita ser ampliada, haja vista sua problematização cooperar para a visibilidade de identidades antes obliteradas e infinitas oportunidades de participação no currículo escolar.

Além disso, a concepção de deficiência, à luz dos constructos teóricos, apresentou-se como central para o entendimento acerca de propostas de ensino sob a vertente inclusiva. A análise possibilitou concluir sobre a imprescindibilidade das escolas oferecerem um currículo comum a todos os estudantes, com atenção às especificidades de cada um, dando condições de aprendizagem igualitária e democrática.

Sendo assim, a ideia de um currículo especial com intuito de incluir o estudante, principalmente, com algum tipo de deficiência é negar sua identidade, bem como, acreditar ser possível um currículo para o estudante com deficiência e um outro para os demais sujeitos é aniquilar suas possibilidades e as negociações oportunizadas no bojo das propostas curriculares.

Posto isso, para o currículo incluir, de fato, pessoas com deficiência, precisa superar ainda grandes desafios, as práticas curriculares necessitam enfrentar a negação da diferença e reconhecer a pluralidade de identidades existentes nos contextos escolares.

É preciso insistir em escolas e currículos comuns a todos os estudantes, atentos às especificidades de cada um, dando condições de aprendizagem a todos, ou seja, cabe à escola, com apoio das políticas públicas educacionais, encontrar e criar estratégias para atender às necessidades de quem escapa à norma preestabelecida.

Esta pesquisa é de relevância para interessados em discutir a educação especial, pois indica como é importante apostar no currículo escolar como via concreta de mudança para efetiva inclusão de todos. A pesquisa também traz contribuições pertinentes para o campo da educação, pois o número reduzido de trabalhos identificados na base de dados de realização da análise, possivelmente é porque a temática fica restrita aos especialistas da educação especial e meios de divulgação específicos, há uma ausência/lacuna desse material em outras bases de pesquisa consideradas mais gerais. Ademais, as possibilidades de ampliação da discussão, não apenas em periódicos restritos ao campo do conhecimento da Educação Especial, assinalam a atualidade da temática e continuidade de estudos na área.

Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. **Conhecendo a Deficiência** (em Companhia de Hércules). São Paulo: Robes Editorial, 1995.

_____. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa. **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. São Paulo: Summus, 1998.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial, Brasília: MEC / SEF/SEESP, 2008.

_____. Lei nº 13.416, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília: Presidência da República, 2015.

_____. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. **Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida**. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília: 2020. Disponível

em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm>. Acesso em: 24 de nov. de 2020.

BRITO, Eliana Póvoas Pereira Estrela. O currículo do ensino médio baiano: entre a formação integral e a valorização das diferenças. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 18, n. 3, p. 1003-1024, set./dez. 2018. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss3articles/brito.pdf>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção Primeiros Passos, 324.).

DINIZ, Débora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. Sur. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 6, n. 11, p. 65-77, dez. 2009.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto; FERREIRA, Júlio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: LAPLANE, Adriana Lia Frizman de (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004, p. 21-48. (Coleção educação contemporânea.).

FERREIRA, Maria Elisa Caputo; GUIMARÃES, Marly. **Educação Inclusiva**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FERREIRA, N. S. de A. As pesquisas denominadas “ESTADO DA ARTE”. **Educação e Sociedade**, n° 79, agosto de 2002.

FIGUEIRA, Emílio. **Caminhando em silêncio**: uma introdução à trajetória das pessoas com deficiência na história do Brasil. São Paulo: Giz Editora, 2008.

JANNUZZI, Gilberta S. de M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Coleção educação contemporânea.).

KIPPER, Daiane; OLIVEIRA, Cláudio José; THOMA, Adriana da Silva. Práticas visuais nas aulas de matemática com alunos surdos: implicações curriculares. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 15, n. 3, p. 832-850, set./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/kipper-oliveira-thoma.pdf>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

MACIEL, Maria Regina Cazzaniga. **Portadores de deficiência**: A questão da inclusão social. **Revista São Paulo em perspectiva**. Vol. 14. n. 2 Abr/jun2000. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008 Acesso em: 17 de mar de 2020.

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva. Traduções para as palavras diferença/deficiência: Um convite à descoberta. In: MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (org). **Reflexões sobre a diferença**: Uma introdução à educação especial. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002, p. 21-34.

MURA, Antonello; ZURRO, Antioco Luige. Inclusão Escolar: A perspectiva italiana analisada em estudo sobre a percepção de professores. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 16, n. 2, p. 364-375, maio/ago. 2016. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol16iss2articles/mura-zurru.htm>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

SAMPAIO, Marta; LEITE, Carlinda. A territorialização das políticas educativas e a justiça curricular: o caso TEIP em Portugal. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 15, n. 3, p. 715-740, set./dez. 2015. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss3articles/sampaio-leite.pdf>. Acesso em: 04 de jan. de 2020.

SILVA, Glauca Eunice Gonçalves da. Currículo e deficiência intelectual: produções discursivas no contexto escolar. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 17, n. 3, p. 814-832, set./dez. 2017. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/glauciasilva.pdf>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

SILVA, Luciene M da. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. v. 11 n. 33 set./dez. 2006. **Revista Brasileira de Educação**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v11n33/a04v1133.pdf>> Acesso em: 18 de mar de 2020.

SOARES, Marcia Torres Neri. **Currículo escolar e inclusão de estudantes com deficiência: diálogos com uma escola pública**. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

_____. **Sobre (In)visibilidades no currículo escolar: a zona flutuante da escolarização de estudantes com deficiência**. Curitiba: CRV, 2020.

ULLRICH, Wladimir; VASQUES, Carla K. O outro na educação especial: uma abordagem pela lente do reconhecimento. In: **Currículo sem Fronteiras**. v. 17, n. 2, p. 290-314, maio/ago. 2017. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss2articles/ullrich-vasques.pdf>>. Acesso em: 04 de jan de 2020.

UNESCO (1994). **Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais**.

VIEIRA, Alexandro Braga. **Currículo e Educação Especial: as ações da escola a partir dos diálogos cotidianos**. 2012. 327 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal Espírito Santo, Vitória, 2012.